



CARTOGRAFIAS FEMINISTAS LATINO-AMERICANAS COMO CONTRIBUIÇÃO PARA UMA EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA ENCARNADA: REFLEXÕES INICIAIS ¹

Manuela Monarcha Murad da Silveira²

RESUMO

Desenvolvemos aqui uma reflexão exploratória baseada em nossa própria prática docente sobre o potencial de utilização das cartografias feministas latino-americanas em espaços de ensino-aprendizagem de geografia. Entendemos estas cartografias como parte de um esforço coletivo por ressignificar a produção geográfica e cartográfica a partir da inclusão de novos temas, sujeitos e metodologias que têm no corpo situado o seu eixo fundamental. As cartografias feministas aqui analisadas – cartografias do corpo-território e cartografias dos feminicídios – apropriam-se criativamente dos mapas para visibilizar questões fundamentais que dizem respeito ao habitar um corpo de mulher. Como base fundamental dessa reflexão estão as discussões referentes ao uso da cartografia crítica na educação geográfica, com as quais coincidimos no que se refere à sua importância para o processo de ampliação da leitura de mundo e para a análise crítica dos imaginários geográficos, em contraposição a uma geografia e cartografia escolares que tradicionalmente ignoram os corpos subalternizados, produzindo e reproduzindo opressões e violências no espaço escolar e para além dele. Para isso, resgatamos também as contribuições dos feminismos comunitários e das teologias feministas latino-americanas, assim como dos feminismos negros, que têm pensado a relação entre corpo-(território), opressão e resistências.

Palavras-chave: Cartografias feministas, educação geográfica. corpo-território, feminicídios, América Latina.

RESUMEN

Desarrollamos aquí una reflexión exploratoria basada en nuestra propia práctica docente sobre el potencial de uso de las cartografías feministas latinoamericanas en espacios de enseñanza-aprendizaje de Geografía. Entendemos a estas cartografías como parte de un esfuerzo colectivo por resignificar la producción geográfica y cartográfica desde la inclusión de nuevos temas, sujetos y metodologías que tienen en el cuerpo situado su eje fundamental. Las cartografías feministas aquí analizadas – cartografías del cuerpo-territorio y cartografías de los feminicidios – se apropian creativamente de los mapas para visibilizar cuestiones respecto al habitar un cuerpo de mujer. Como base fundamental de esta reflexión están los debates referentes al uso de la cartografía crítica en la educación geográfica, con los cuales coincidimos en lo que se refiere a su importancia para el proceso de ampliación de lectura del mundo y para el análisis crítico de los imaginarios geográficos, en contraposición a una geografía y cartografía escolares que tradicionalmente han ignorado los cuerpos subalternizados, produciendo y reproduciendo opresiones y violencias en el espacio escolar y más de él. Para eso, rescatamos también las contribuciones esenciales de los feminismos comunitarios y de las teologías feministas latinoamericanas, bien como los feminismos negros que vienen pensando la relación entre cuerpo-(territorio), opresión y resistencias.

¹ Este trabalho é parte de uma pesquisa de doutorado em andamento, financiada por bolsa CAPES, orientada pelo prof. Dr. André Reyes Novaes.

² Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e membro do Laboratório de Geografia, Imagem e Educação (PPGEO-UERJ) e do *Colectivo de Geografía Crítica del Ecuador*. E-mail: manu.abracadabra@gmail.com.



Palabras clave: Cartografías feministas, educación geográfica. cuerpo-territorio, feminicidios, Latinoamérica.

INTRODUÇÃO

A aprendizagem da geografia começa pelo corpo. Segundo Almeida e Passini (1994), a exploração do espaço ocorre desde o nascimento, através de um longo e contínuo processo que tem como base a tomada de consciência do espaço corporal em sua relação com os outros seres e com o próprio espaço que nos rodeia. Na educação infantil e nos anos iniciais, segundo as autoras, a aprendizagem de Geografia contribui para a progressão dessa noção de espaço gerada a partir de suas vivências, das descobertas frutos do movimento e deslocamento no/pelo espaço, partindo do corpo para a aprendizagem das relações de lateralidade e orientação e, posteriormente, das relações topológicas, que servem de base para o desenvolvimento do raciocínio espacial. A criança aprende a se orientar no espaço, tendo como centro o seu próprio corpo e, aos poucos, passando por um processo de descentramento de si, a partir do qual é capaz de identificar relações espaciais considerando também outras referências, além do seu próprio eu. Nesse contexto, o mapa do próprio corpo surge inclusive como sugestão de atividade (p. 47-51), para além dos tradicionais mapas da sala de aula, da escola, do trajeto casa-escola.

Lopes (2012) vai além e afirma que “a criança não está no espaço, não está no território, não está no lugar, não está na paisagem; ela é o espaço, ela é o território, ela é o lugar, é a paisagem, é uma unidade vivencial” (p. 221). Em trabalho conjunto com Costa e Amorim (2016), ressaltam a importância de se desenvolver uma cartografia *com* crianças a partir de seu protagonismo, de suas vivências e dos elementos de seus próprios mundos, produzindo seus próprios mapas, a partir de suas próprias percepções do espaço, indo além “das representações do espaço, que, geralmente, apresentam aquilo que já foi, que já existe no espaço geográfico cartografado” (p. 253). Um mapa vivo, *das crianças*, que rompe com a dualidade das representações tradicionais e com a lógica do “desenvolvimento linear e organizado por etapas de maturação” (p. 240) segundo uma perspectiva biológica e universal. Nestes mapas, que incluem sonhos, desejos, imaginações, os autores encontraram uma potencialidade criadora que vai de encontro à planificação cartográfica, assumindo “uma condição humana que não se esgota e não se encerra em discursos únicos e universais” (p. 248). Lopes (2012) propõe ainda o trabalho com inovadores mapas dos cheiros com crianças pequenas, dando continuidade ao processo de pensar outras possibilidades de representações cartográficas, que ampliem a possibilidade de compreensão do espaço como multiplicidade e coexistência de trajetórias convergentes (MASSEY, 2008) e da cartografia em sua dimensão plural.



Embora nosso trabalho não tenha como foco o ensino-aprendizagem de Geografia com crianças, o debate desenvolvido por estes(as) autores(as) nos parece fundamental para a reflexão aqui desenvolvida – ainda bastante exploratória – sobre o potencial de utilização das cartografias feministas latino-americanas em espaços de ensino de geografia. Entendemos estas cartografias como parte de um esforço coletivo – mas nem sempre articulado – por ressignificar a produção geográfica e cartográfica a partir da inclusão de novos temas, sujeitos e metodologias que têm no corpo situado o seu eixo fundamental. As cartografias feministas aqui analisadas – cartografias do corpo-território e cartografias dos feminicídios desenvolvidas pioneiramente na América Latina – apropriam-se criativamente dos mapas para visibilizar questões fundamentais que dizem respeito ao “habitar/ser um corpo de mulher” (CIRIZA, 2010, p. 10) e que tradicionalmente vêm sendo ignoradas pela Geografia e pela cartografia, mesmo as consideradas críticas. Pela forma como vêm sendo encaminhados esses processos, valoriza-se não somente o mapa em si – como produto final que serve como ferramenta de denúncia e luta por uma existência livre de violência para mulheres –, mas também o caráter pedagógico do processo de cartografar, tanto em termos de fortalecimento da identidade interna dos coletivos quanto no que se refere à articulação política e à consolidação de redes de apoio feministas. Além disso, os mapas adquirem papel relevante nas disputas narrativas no espaço público e na necessária articulação estas duas esferas fundamentais de intervenção da militância feminista - espaço público e privado -, que tradicionalmente aparecem de maneira escindida e hierarquizada nos saberes escolares.

A dimensão pedagógica do uso destas cartografias como possíveis contribuições para uma educação geográfica encarnada³ é parte de uma pesquisa de doutorado em andamento, cujo foco principal são as linguagens, práticas e discursos das cartografias feministas latino-americanas, mas vem ganhando relevância cada vez maior devido às ressonâncias que encontra em minha atuação profissional como docente de Ensino de Geografia para cursos de Pedagogia, onde venho experimentando o uso e produção destas cartografias, assim como minha prática militante em espaços de educação popular, como parte do *Colectivo de Geografía Crítica del Ecuador*. A pesquisa parte, portanto, de uma metodologia feminista que reconhece o caráter situada e parcial do conhecimento (Haraway, 1988) e compreende os feminismos como campo político e acadêmico. Além disso, as violências e opressões de classe, gênero, raciais, homo e

³ Fazemos referência aqui ao termo proposto por Joseli Silva em palestra intitulada “Por uma Geografia encarnada: corporalidades e poder”, realizada em 19 de outubro de 2020, no âmbito do evento “Diálogos on-line em tempos de COVID-19 - Série diversidade da Geografia”, organizado pelo PET-Geografia UFGD. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-Gma-xEnf18>.



transfóbicas são por nós abordadas de forma interseccional, entendidas como um fenômeno sistêmico material e simbólico profundamente articulado à cultura – e muitas vezes inclusive justificado por uma associação naturalizada entre natureza e cultura que marcou a história do pensamento geográfico. A escolha do tema se deve também ao reconhecimento da importância político-filosófica da inclusão na Geografia escolar de questões fundamentais que dizem respeito à vida (e morte) das mulheres, negrxs, indígenas e população LGBTTI, em um contexto regional de significativos retrocessos que afetam todas as esferas da vida, com recortes específicos de classe, gênero, raça, etnia e sexualidades.

Nesse sentido, ressaltamos a forma como o corpo, com o passar dos anos, “desaparece” progressivamente do ensino escolar de Geografia, como se as experiências dos corpos no/pelo espaço e a dimensão subjetiva e da intimidade já não fossem assuntos importantes para o desenvolvimento do raciocínio espacial e a leitura crítica do mundo. Pelo contrário, não só na Geografia escolar, mas na escola como um todo, o corpo é tradicionalmente considerado um empecilho para o desenvolvimento da razão, com base em uma perspectiva hegemônica ilustrada dicotômica que separa e hierarquiza as diferentes dimensões da existência em pares rígidos e essencializados, supostamente opostos e dicotômicos: razão-emoção, masculino-feminino, cultura-natureza, mente-corpo, espaço público-espaço privado. Entendido como dimensão social e culturalmente construída que produz e experimenta de maneira interseccional espacialidades distintas daquelas tradicionalmente narradas por uma geografia escolar e acadêmica produzidas hegemonicamente por e para sujeitos ditos “universais” (SILVA, 2009), o corpo, no entanto, não está nunca ausente da Geografia escolar. Quando olhamos as contrastantes imagens que representam a África e a Europa nos livros didáticos, para citar um exemplo, o corpo está lá, sendo lido através de suas marcas encarnadas/incorporadas da diferença – de classe, gênero, etnia, raça e sexualidades –, que associam imaginários geográficos e espacialidades concretas a determinados corpos, claramente identificáveis e significados como subalternização. Também está presente o corpo em todas as práticas racistas, sexistas, homofóbicas, transfóbicas, classistas que – de maneira interseccional – se reproduzem no espaço escolar, levando à exclusão e ao apagamento daquels que não se encaixam no padrão universal a partir do qual o espaço escolar hegemonicamente se organiza (LOURO, 2003).

Como base fundamental dessa reflexão estão, por um lado, as discussões referentes ao uso da cartografia crítica na educação geográfica (OLIVEIRA Jr., 2009; GIRARDI et al, 2011; LOPES; COSTA; AMORIM, 2016, para citar algumas), com as quais coincidimos no que se refere à sua importância para o processo de ampliação da leitura de mundo e para a análise



crítica dos imaginários geográficos, em contraposição a uma geografia e cartografia escolares que tradicionalmente oferecem uma possibilidade limitada e estaque de entendimento dos processos sócio-espaciais, concepção também (mas não só) criada a partir da predominância do uso de mapas cartesianos. Além disso, são fundamentais as contribuições das mapeadoras feministas e das feministas comunitárias indígenas latino-americanas e sua inovação conceitual e política sobre as articulações entre corpo e território. Nesse mesmo sentido, dialogamos também com autoras das teologias feministas latino-americanas e autoras do feminismo negro, que dedicaram especial atenção ao corpo e às emoções (inclusive no espaço escolar, como é o caso de bell hooks, 2017 [1994]).

METODOLOGIA

A presente pesquisa vem sendo construída a partir de uma metodologia feminista que busca explicitar o caráter político do próprio processo de pesquisa, rompendo o lugar de enunciação pretensamente “universal” da ciência (HARDING, 1987). Sendo assim, partimos da enunciação de nosso lugar de produção acadêmica como parte de um dos coletivos cuja produção serve como objeto de análise e como formadora docente em Geografia, o que permite uma análise situada e parcial da experiência docente analisada (HARAWAY, 1988). Como já ressaltamos, trata-se de um trabalho ainda exploratório, que nesse momento tem como base um relato situado a partir de minha própria experiência como proponente de leitura e produção de cartografias do corpo-território e dos feminicídios em aulas de Ensino de Geografia em turmas de Pedagogia de uma universidade pública do Rio de Janeiro, compostas majoritariamente por mulheres adultas trabalhadoras das classes populares urbanas. Em uma etapa posterior, para dar continuidade à pesquisa, pretendemos realizar entrevistas e grupos focais com as estudantes.

Além disso, as reflexões aqui apresentadas se apoiam nos procedimentos metodológicos realizados para a pesquisa mais ampla de doutorado que venho realizando, dentre os quais elencamos: revisão bibliográfica; levantamento das cartografias feministas produzidas nos últimos dez anos na América Latina; leitura do material que vem sendo produzido pelos coletivos e mapeadoras; análise da produção cartográfica a partir de três categorias propostas por Santos (2011) – processo, objeto e uso cartográfico – como dimensões fundamentais para entender os tensionamentos à cartografia por parte dos ativismos cartográficos. Além disso, se sustenta também em leituras relacionadas ao corpo e à (contra)cartografia no âmbito do ensino de Geografia.



REFERENCIAL TEÓRICO

Como chave conceitual que ancora nossa reflexão está a compreensão dos mapas como linguagem – “textos profundos”, nas palavras de Harley (2009) – que, como tal, constituem discursos culturalmente construídos que condicionam de maneira intensa as relações sócio-espaciais, refletindo e reforçando – mas também confrontando – as assimétricas relações de poder e saber que as atravessam. Em relação à (sub)representação das mulheres – e demais corpos subalternizados – na cartografia, é fundamental (ainda que redundante) lembrar que, tradicionalmente, a cartografia foi um instrumento do Estado para o controle e apropriação do espaço e dos recursos, humanos e naturais. Ainda que tenham se estabelecido no senso comum como uma representação fidedigna da realidade, mera reprodução objetiva do mundo tal como ele é, os mapas não passam de uma re-representação do espaço – “uma abstração do mundo” (ACSELRAD; COLI, 2008, p. 13) – a partir de um determinado ponto de vista. Como tal, o que representam e a forma como representam – escala, projeção, técnica de produção, dados selecionados, ícones utilizados – dizem muito a respeito dos objetivos e interesses de quem os produz; um mapa não é nunca um produto objetivo e neutro, mas sim um instrumento que, ao expressar em uma superfície limitada a imensidão do nosso entorno físico e/ou dos fenômenos sociais e políticos, exige que se escolham determinados elementos em detrimento de outros, ou seja, sua confecção demanda que seja colocado foco em alguns aspectos, enquanto outros são omitidos. A escolha do que mostrar ou omitir é, portanto, uma decisão política, relacionada a interesses que querem ser alcançados ou protegidos. De fato, os mapas foram utilizados ao longo do tempo – e mais intensamente a partir da moderno-colonialidade – como instrumentos de poder (HARLEY, 2009), discursos que refletem e reforçam leituras hegemônicas de mundo.

Nas últimas décadas, no entanto, as cartografias alternativas (para usar um termo abarcador) conseguiram alcançar certo reconhecimento no campo das Ciências Sociais (e, mais especificamente, na Geografia), confrontando limites e propondo rupturas e desafios à cartografia hegemônica. No campo específico da educação geográfica, pesquisas relativamente recentes vêm apresentando interessantes reflexões críticas a uma cartografia escolar tradicionalmente vinculada “a um modo único de entendimento do ato de cartografar” (GIRARDI et al, 2011, p. 2), que nega a legitimidade das experiências espaciais dxs estudantes e de sua própria fala sobre o espaço. A consequência deste uso limitado – e com intencionalidade política, vale ressaltar – dessa cartografia estanque e fria, é o estabelecimento de uma forma única de pensar o espaço. Segundo Oliveira Jr.,



Os mapas fazem parte da ficção que o Estado cria, dos discursos de verdade que circulam entre nós. Eles, os mapas, estão a nos educar o pensamento por meio da educação dos olhos para esta ficção, uma educação que nos leva a memorizar as fronteiras políticas como a única maneira de nos movimentarmos – encontrarmos os lugares, referenciá-los, relacioná-los uns aos outros – nas obras cartográficas. Isto se dá de maneira muito mais forte nos mapas voltados aos escolares que nos mapas voltados aos profissionais. Uma evidente política de criação de uma memória pública (2009, p. 4).

Esses(as) autores(as) propõem, portanto, novas abordagens e caminhos para a construção de uma prática educativa *com e a partir de* mapas que permitam ampliar a leitura sobre a dialética sócio-espacial de forma a incluir sujeitos, temas e maneiras outras de pensar o espaço que permitam reconhecer a diversidade de corpos e existências e as assimétricas relações de poder que as constituem, tensionando a concepção de espaço-superfície e ampliando as possibilidades de imaginações espaciais outras, como sustentava Massey (2008) através da aposta na construção de cartografias escolares que revelem multiplicidades espaciais.

As cartografias feministas, no entanto, são ainda bastante desconhecidas no campo. Os assuntos que dizem respeito às experiências sócio-espaciais encarnadas de mulheres – os feminicídios, o aborto, o assédio, as violências de gênero em geral, sua maneira particular de habitar um espaço organizado e controlado de acordo com padrões patriarcais de poder – são ainda periféricos na cartografia escolar. O mesmo se poderia afirmar sobre as cartografias sobre corpos negros e LGBTTI, cujas experiências espaciais são pouco representadas cartograficamente, refletindo a relativa marginalidade que ainda ocupam as Geografias feministas, das sexualidades e negras no contexto latino-americano, apesar dos inúmeros esforços e avanços empreendidos por pesquisadorxs e militantes nos últimos anos. Assentadas sobre uma epistemologia branca, masculina e heterossexual, e que tradicionalmente legitimam uma maneira única de refletir geograficamente, descartando as geografias que “propõem outras ontologias e epistemologias espaciais” (SILVA, 2014, p. 97), a geografia acadêmica e a geografia escolar tradicionalmente invisibilizam determinados grupos sociais não hegemônicos – mulheres, negrxs, indígenas, homossexuais, transexuais –, negando suas experiências espaciais e suas vozes. Segundo Silva (2009, 2014), esta invisibilização não só reflete como reforça as desigualdades sofridas por estes sujeitos, processo que ocorre também no âmbito do currículo e das práticas escolares. As culturas e corpos subalternizados ainda travam uma luta por instituir-se, seja através do reconhecimento de direitos, de sua inserção obrigatória no currículo e/ou através da conquista de voz e representatividade nos diferentes espaços e modalidades educativas (CANDAU; MOREIRA, 2003). As estratégias através das quais buscam alcançar reconhecimento social e redistribuição do poder nos espaços educativos (ANDRADE, 2009) se chocam, contudo, com práticas pedagógicas e curriculares marcadas



pela homogeneização e pelo caráter monocultural que atravessam também as práticas de leitura e produção de mapas.

As cartografias feministas do corpo-território e dos feminicídios se inserem, portanto, num movimento de disputa dentro do campo geográfico e cartográfico, empreendido também por outros coletivos e sujeitos subalternizados, que contrapõem à ideia de sujeito mapeador abstrato da moderno-colonialidade um sujeito-corpo-situado que mapeia. À pretensão de precisão, objetividade e neutralidade, sobrepõem-se produções contextualizadas e encarnadas de conhecimento. Os mapas ganham sentido, portanto, na disputa pela desconstrução de narrativas, imaginários e subjetividades hegemônicas, tendo o espaço público – real e virtual – como centro de sua difusão, contribuindo à formação de outras narrativas espaciais, que comportem e desnaturalizem as violências aos corpos marcados pela diferença.

Os mapas de feminicídio, por exemplo, ganham espaço e visibilidade pública a partir de estratégias comunicacionais amplas que vão desde a adoção de uma estética específica – como é o caso do mapa de feminicídios do *Colectivo de Geografía Crítica del Ecuador* (Figura 1)⁴ – até a ocupação do espaço público através de intervenções artísticas associadas ao processo de mapeamento – como a impressão em formato grande do mapa de feminicídios no Equador e sua alocação em frente à Assembleia Nacional no momento de votação do Código Penal que tipificava o crime de feminicídio.

Figura 1 - Mapa de feminicídios no Equador (novembro 2014 a novembro 2016) produzido pelo *Colectivo de Geografía Crítica del Ecuador*, incluído na série “Cartografía para não esquecer”.



Fonte: Colectivo de Geografía Crítica del Ecuador (2017)

⁴ A inspiração para este trabalho foi o importante mapeamento de Sonia Madrigal, artista mexicana, intitulado *La muerte sale por el Oriente*, projeto artístico e cartográfico sobre os feminicídios no Estado do México (disponível em: www.soniamadrigal.com/lamuertesaleporelorient).



A forte associação com dimensões estéticas e performáticas na produção e difusão das cartografias feministas retoma a expressão artística que havia sido retirada da cartografia em nome da objetividade científica, que as cartografias críticas já vêm recuperando. Frente ao desencantamento do mundo a partir da primazia da razão, o *reencantamento* dos mapas (VIANNA Jr., 2009) aparece como forma de disputar a cartografia, tendo como horizonte utópico a desfetichização do mapa a partir da inclusão não só de novos temas e sujeitos mapeáveis e mapeantes, como também de novas linguagens e códigos culturais.

O processo de mapeamento, no entanto, não serve somente à denúncia e visibilização públicas desses crimes, mas também à produção de dados sobre as violências de gênero, compensando os vazios referentes ao tema tanto na academia quanto nos órgãos responsáveis pela segurança e políticas públicas. A título de exemplo, a insuficiência dos dados oficiais sobre violência de gênero – seja por subregistro ou por desconfiança em relação às formas de geração dos dados – é uma situação que vem sendo denunciada também por pesquisadoras que investigam a violência doméstica (SANTOS, 2020, para citar um exemplo recente) e “impedem a análise combinada e transversal da violência” (COLECTIVO DE GEOGRAFÍA CRÍTICA DEL ECUADOR, 2017, p. 2), dificultando o dimensionamento e caracterização real do problema e a posterior adoção de políticas públicas para prevenir e erradicar as violências contra as mulheres. Ainda assim, a produção coletiva de dados pela ação cooperativa entre diferentes coletivos feministas, com base em exaustivos – e sentidos – levantamentos de informação da imprensa, tem possibilitado visualizar tendências e gerar informações novas (ZARAGOCÍN; SILVEIRA; ARRAZOLA, 2018), como, por exemplo, a descoberta de cifras assustadoras no que diz respeito aos feminicídios no Equador.

As cartografias do feminicídio se inserem em uma emergente geografia latino-americana dos feminicídios, que não só denunciam o aumento generalizado desses crimes na região nos últimos anos (LÓPEZ PONS, 2010; FREGOSO; BEJARANO, 2010), como articulam esse fenômeno a condições e espaços específicos em que o controle dos corpos femininos se intensificam: a legislação existente, a aplicação dessas leis e a existência de agentes estatais ou paraestatais que controlam o território (MARTIN; CARVAJAL, 2016). O caso de Ciudad Juárez, na fronteira do México com os Estados Unidos, é possivelmente o caso mais emblemático, estudado à exaustão por Segato (2013), que vincula o sistemático assassinato de mulheres ao controle espacial exercido por grupos de poder paralelo ao Estado, para os quais a submissão dos corpos femininos é uma forma de confirmar o controle sobre o território e, concordando com Monárrez (2000), também de reafirmar processos identitários



através da construção de uma masculinidade que tem na violência extrema seu principal ato performativo. Segato (2013) e López Pons (2010) sustentam, no entanto, que os feminicídios não acontecem apenas em territórios “vulneráveis” ou militarizados, mas também nos espaços públicos em geral e nos espaços privados da intimidade, explicitando em sua argumentação um vínculo estreito entre diferentes formas de controle do corpo feminino e o controle do território:

Se ao abrigo do espaço doméstico o homem abusa das mulheres que se encontram sob sua dependência porque pode fazê-lo, ou seja, porque estas já formam parte do território que controla, o agressor que se apropria do corpo feminino em um espaço aberto, público, o faz porque tem que, para mostrar que pode. Em um caso, trata-se da constatação de um domínio já existente; no outro, de uma exibição da capacidade de domínio que deve ser reeditada com certa regularidade e pode ser associada aos gestos rituais de renovação dos votos de virilidade (SEGATO, 2013, p. 29-30; tradução livre).

De forma similar, as cartografias do corpo-território, inspiradas nas contribuições fundamentais dos feminismos indígenas comunitários latino-americanos (PAREDES, 2008; CABNAL, 2010), ressaltam a indissociabilidade entre corpo e território para uma análise das múltiplas violências perpetradas nos espaços de expansão de fronteiras do capital. Associam os atropelos aos territórios comunais por parte dos grandes projetos extrativistas às violações ao corpo(-território) feminino – “naturezas” que desde uma razão moderno-colonial se pretende domesticar, sobre a qual incide o poder, mas também a partir da qual se forja a resistência. Os processos de mapeamento articulam o território ao corpo, às emoções e às memórias – dimensões correntemente esquecidas pela geografia tradicional e crítica (SILVA, 2009) – e propõem o cruzamento entre as esferas pública e privada no questionamento à política territorial adotada pelos Estados em associação com o capital.

Nos contextos extrativos, a natureza, assim como o corpo das mulheres, é considerada um território que deve ser sacrificado para permitir a reprodução do capital; é a que pode ser explorada, violentada, saqueada. Enquanto o masculino se relaciona com as atividades econômicas produtivas, baseadas no controle e na exploração da natureza, o feminino é considerado natureza submetida e subordinada que deve sustentar a reprodução da vida ainda quando os ecossistemas são destruídos (COLECTIVO MIRADAS CRÍTICAS DEL TERRITORIO DESDE EL FEMINISMO, 2017, p. 49; tradução livre).

No processo de mapeamento proposto pelo Colectivo Miradas Críticas⁵ (2017) (figura 3), inicia-se com um exercício sensorial baseado no teatro sensível, a partir do qual começam a ser exploradas as trajetórias e marcas corporais, assim como os vínculos entre o corpo e outras escalas. Trabalha-se o corpo-território) tanto no sentido subjetivo – marcado por cicatrizes,

⁵ Esse processo vem sendo empreendido por outros coletivos feministas latino-americanos, mas destaco aqui o trabalho do *Miradas Críticas*, que foi inovador e generoso, ao lançar o guia de mapeamento do corpo-território em 2017, disponível em: <https://territoriodyfeminismos.org/publicaciones/guia-mapeando-el-cuerpo-territorio/>. Outras experiências, dentre as várias empreendidas atualmente, podem ser consultadas também em Carcelén *et al* (2009) e Colectivo de Geografía Crítica del Ecuador (2018).



relevos, sabores e memórias individuais e coletivas – como no sentido estritamente político do termo, relacionando os corpos às relações assimétricas de poder e às disputas pela apropriação do espaço em que estes corpos estão inscritos. Em seguida, as participantes são convidadas a literalmente mapear o corpo no papel, incluindo elementos despertados pela sensibilização inicial. É possível também fazer perguntas para guiar o trabalho, de acordo com o contexto sócio-espacial em que for realizado. Após completado o mapeamento, os mapas são expostos conjuntamente, ressaltando a associação entre experiências individuais e condicionantes estruturais nos quais as experiências se inserem.

Figura 3 - Mapa do corpo-território, de autoria anônima, realizado em oficina realizada pelo Colectivo Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo



Fonte: Colectivo Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo (2017)

Segundo Paredes (2008) e Cabnal (2010), como base da própria existência, o corpo é considerado o primeiro campo de ação e de luta, através de sua potência transgressora, transformadora e criadora, que envolve não somente o corpo individual, mas também o corpo coletivo, tecido entre experiências pessoais, o cotidiano e a história dos povos e comunidades em resistência. O corpo adquire aqui centralidade nas estratégias de resistência, por um lado como dimensão na qual se inscrevem as diferenças/opressões de raça, etnia, gênero e sexualidades, que tem como consequência não só uma experiência espacial diferenciada (e desigual), mas também a construção de uma hierarquia de saberes entre os sujeitos. Outra dimensão importante ressaltada pelas autoras é a inclusão do próprio corpo nos processos de cura individual e coletiva das opressões sofridas. Nesse sentido, o corpo não é apenas objeto de



debate, mas é também um corpo mobilizado para a desconstrução a partir do movimento das opressões nele impressas.

Uma importante referência nesse sentido – além dos ecos dos movimentos feministas das décadas de 1960 e 1980, que politizaram respectivamente a vida privada e o corpo – são as teologias feministas latino-americanas, em cuja práxis o corpo aparece como elemento central, tanto no sentido de desvelar criticamente as opressões sofridas e os saberes e sentidos perdidos em função de uma estrutura capitalista-patriarcal-racista-colonial de saber/poder, tanto através da inclusão de dinâmicas de mobilização corporal e trabalhos a partir das emoções para romper com a alienação do próprio corpo e recuperar a experiência corporal como fonte de conhecimento (AQUINO E ROSADO-NUNES, 2008, SEIBERT, s/d. SCHÜSSLER FIORENZA, 2004). Frente às *teopolíticas do corpo*, “em que os corpos parecem ter presença como corpos de serviço, corpos que servem a outros, ao Senhor, corpos negados e sacrificados, e muito raramente como corpos habitados pelo prazer” (SEIBERT, s/d, p. 8), a aposta por metodologias que procuram sanar as marcas da opressão de gênero a partir de trabalhos corporais permite que as mulheres voltem a habitar o próprio corpo, que deixa de ser um corpo para outros e se torna um corpo para si mesma (p.1). A partir daí, se fortalece a possibilidade de reconhecer o espaço pessoal de cada mulher “a partir do qual [ela] pode aprender a colocar limites, (...) decidir autonomamente quem entra e quem não entra na própria vida, o mesmo sendo válido para situações dolorosas ou perigosas para a vida das mulheres” (AGUILAR, 2012, p. 56).

A recuperação do trabalho com o corpo-território na práxis feminista significa, portanto, a ressignificação do ato político, ampliando a sua percepção para além do espaço público e do espaço da política formal/institucional. A recuperação da memória do corpo e das experiências nos espaços públicos e privados a partir desta metodologia permite criar relatos alternativos, possíveis âncoras para elaborar processos de resistência e construir poder opositor à versão dominante (JELIN, 2002, p. 4). Além disso, a criação de um espaço de questionamentos através do ato narrativo (e cartográfico) compartilhado permite que se entrelacem memórias pessoais e coletivas – explicitando o caráter social de toda memória individual – fortalecendo os laços de comunidade entre as participantes (JELIN, 2002).

O efeito transformador e multiplicador dessa metodologia surge da urgência provocada em reestruturar ou reordenar os sentidos do passado, rompendo com a “memória transformada em *habitus*” (o *habitus* incorporado) e possibilitando construir quiçá “um compromisso novo entre passado e presente” (ENRIQUEZ, 1990: 9 *apud* JELIN: 2002). Matizados pelos



cruzamentos relativos à interseccionalidade, as memórias trazem à superfície experiências de violências sofridas por mulheres em diferentes escalas em uma sociedade patriarcal.

Falar sobre o nosso corpo sempre representou uma dificuldade; na verdade, temos um grande desconhecimento sobre esse espaço que habitamos, no qual somos. Nosso corpo foi se enchendo de silêncios, de temores, de imagens impostas, que nos moldam, nos limitam e nos enchem de sentido. Tornando cada vez mais forte aquilo que pretensamente deveríamos representar como mulheres. Estar juntas, conversar e escutar as distintas experiências de cada uma nos proporcionou a força para percebermos que nosso corpo é realmente um território tangível que nos pertence, que devemos defender e não permitir que seja invadido (CARCELÉN *et al*, 2009, p. 20; tradução livre).

Os processos de mapeamento corporal – “isso de fazer mapas sobre nós mesmas e os espaços que habitamos, dando-nos e dando-lhes sentido” (CARCELÉN *et al*, 2009, p. 23) – parecem incidir no processo de reapropriação dos corpos femininos. Nesse sentido, é fundamental também o diálogo com os feminismos negros, que além de inaugurarem a perspectiva interseccional, em oposição à pretensão de universalidade excludente do feminismo branco-ocidental, recuperam o potencial da corporalidade como fonte importante de informação e poder na existência das mulheres negras. Audre Lorde (2020 [1978]) reivindica a importância do erótico, entendido como a capacidade de sentir que mobiliza e enche a vida de energia, para além dos mandatos de gênero, raça ou sexualidades. O corpo aparece aqui a partir da crítica às opressões e desigualdades externamente impostas, mas também como fonte de saberes e potência para a ação transformadora destas opressões. Além disso, rompendo com a tradicional separação entre razão e emoção da cosmovisão branca-eurocêntrica, a autora dá especial atenção às emoções em sua construção teórica; a raiva, por exemplo, é tratada como reação justa frente ao racismo e à exclusão de um privilégio nunca questionado, que pode ser

muito útil contra as opressões, pessoais e institucionais, que são a origem dessa raiva. Usada com precisão, ela pode se tornar fonte de energia a serviço do progresso e da mudança. E quando falo de mudança, não me refiro a uma simples troca de papéis ou a uma redução temporária das tensões, nem à habilidade de sorrir ou se sentir bem. Estou falando de uma alteração radical na base dos pressupostos sobre os quais nossas vidas são construídas (LORDE, 2020 [1981], p. 159).

Em diálogo mais explícito com o campo da educação, referindo-se mais especificamente ao contexto da educação superior onde atua, mas tendo como base também suas próprias experiências na escola, bell hooks⁶ (2017 [1994]) também recupera a dimensão fundamental do corpo, do prazer e do entusiasmo no ato pedagógico, em oposição a estruturas tradicionais de educação em que a rigidez e a ideia de verdade racional deixam pouco espaço para o corpo e a espontaneidade e saberes nele inscritos. Negando o legado de repressão e a falsa neutralidade

⁶ As letras minúsculas são solicitação da própria autora.



do conhecimento reproduzido nos espaços educativos e a tradicional separação corpoxmente e teoriaprática, a autora defende a importância da presença, do afeto e da experiência encarnada em sala de aula, a partir da qual, “do lugar de dor e de luta” (p. 103) , é possível construir teoria. O pensamento crítico seria construído, portanto, não apenas a partir da capacidade intelectual, mas também das próprias experiências dos sujeitos no mundo e com a alteridade, de uma educação realmente dialógica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A reflexão preliminar sobre nossas experiências em sala – ressaltando que falta à análise a realização de entrevistas e grupos focais – nos permite tecer algumas observações iniciais articuladas ao âmbito da educação geográfica e do processo de ensino-aprendizagem em geral. Em primeiro lugar, foi notável o aumento da participação das alunas a partir do mapeamento do corpo-território, inclusive daquelas que raramente se colocavam em sala de aula, contribuindo, no nosso entender, para a *formação de uma comunidade pedagógica*, nos termos de hooks (2017 [1994]).

Além disso, a inclusão de produções cartográficas próprias, contextualizadas e partindo de um conhecimento encarnado favoreceu a aproximação das alunas aos temas abordados em aula, que aparentemente se tornaram mais próximos de suas experiências de vida. Além disso, o mapeamento permitiu o aparecimento entrelaçado das diferenças inscritas no corpo e sua associação a processos espaciais e as formas diferenciadas (e desiguais) com que cada corpo experimenta esses processos. Sendo assim, nos lembram sobre a importância de *situar os processos de aprendizagem* nos múltiplos processos que atravessam a vida dos e das estudantes, nesse caso dando visibilidade ao corpo, considerando que os processos espaciais narrados pela geografia escolar incidem diretamente nos corpos, especialmente naqueles feminizados e racializados. Os mapas do corpo-território podem ser considerados uma maneira, dentre muitas outras, de se apropriar dos mapas para visibilizar experiências espaciais de corporalidades tradicionalmente excluídas das narrativas geográficas escolares, interseccionalizando os marcadores de gênero, raça, etnia e sexualidades. Os mapas ganham sentido, portanto, na disputa pela desconstrução de narrativas e subjetividades hegemônicas, tendo o corpo como eixo central de sua realização – tanto como suporte para o ato cartográfico quanto como fonte de conhecimento geográfico encarnado –, contribuindo à formação de outras narrativas espaciais, por um lado sobre a própria cartografia, mas também – e principalmente – sobre a



importância de uma análise geográfica que considere os diferentes marcadores sociais como condicionantes de experiências espaciais distintas.

Além disso, entendo que a realização da cartografia do corpo-território logo na segunda aula contribuiu para o descentramento de um raciocínio espacial que, ao contrário das crianças relatadas no começo deste artigo, já não tem como centralidade o próprio eu, mas os processos, corpos e espaços hegemônicos, considerados o padrão universal a partir do qual se pensam todos os outros espaços. Sendo assim, em comentários em sala foi possível perceber como ocorria o processo oposto ao que ocorre na educação infantil e nos anos iniciais: em vez de pensar o universal como centro, passou-se a considerar que o centro da análise poderia ser o lugar ocupado por cada uma – desde seus corpos, até seus espaços de vida, casa, trajetos cotidianos, trabalho –, sem com isso esquecer, naturalmente, da complexidade transescalar inerente a esses movimentos.

A leitura de mapas de feminicídios, por sua vez, possibilitou a abertura de um espaço de troca de experiências de violência que atravessavam a vida de muitas delas, fazendo-as refletir sobre os limites do próprio espaço da universidade. Além disso, significou incluir o íntimo e o privado, espaços tradicionalmente associados ao feminino e que pouco aparecem numa geografia escolar que trata os conflitos e a própria política desde uma dimensão geopolítica afastada da vida encarnada dos sujeitos. Possibilitou, assim, ressignificar e ampliar o ato político para além do espaço público e do espaço da política formal/institucional, predominantes nos grandes temas abordados pela geografia escolar.

O processo de mapeamento e leitura de mapas a partir destas cartografias serve também à crítica estrutural a um Estado omissivo e cúmplice na produção e reprodução destas violências, como explicita o subregistro de dados e informações identificado pelas mapeadoras dos feminicídios nos órgãos oficiais responsáveis pela segurança e políticas públicas. Visibilizam-se assim os pontos cegos de um Estado que aparece predominantemente como único agente legítimo de ordenamento espacial no campo da educação geográfica, assim como a importância da multiplicidade de vozes e agências na composição de uma espacialidade que comporte as diferenças e desestruture as opressões. Além disso, rompem com a associação direta entre quantidade-representatividade que tem marcado as representações cartográficas hegemônicas, disputando explicitamente o que entra ou não no mapa. Os dois eixos de mapeamento abordados nos convidam, além disso, a repensar a dicotomia moderno-colonial estabelecida entre espaço público e espaço privado na sua relação com a política, desafiando a forma como essas duas esferas vêm sendo tradicionalmente tratadas pelo campo geográfico e ressaltando a importância



de uma análise necessariamente complementar para dar conta da complexidade das violências de gênero, racistas, homo e transfóbicas.

Incluir a dimensão íntima e privada da vida através dos mapas do corpo-território e dos feminicídios significa concomitantemente incluir as emoções, os sentidos, a afetividade e as memórias no debate geográfico em espaços educativos, dimensões desqualificadas pela cartografia moderno-colonial, cujas convenções cartográficas historicamente excluíram outros repertórios de narrativas e experiências espaciais que não se enquadrassem no modelo racional-cartesiano. Permitem, além disso, o entrelaçamento de narrativas pessoais e coletivas, explicitando o caráter social da memória e preenchendo os vazios e apagamentos com experiências específicas de espaços de alteridade corporificada – experiências de dor, mas também de resistência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentamos aqui as reflexões teórico-metodológicas de uma pesquisa exploratória realizada a partir da produção e leitura das cartografias feministas latino-americanas em espaços de formação de professores de Geografia nos anos iniciais, com o objetivo de analisar seus potenciais aportes na construção de imaginários geográficos mais amplos, que tem no corpo – corpo marcado, corpo heteronormado, corpo mobilizado, corpo resistência, corpo-território – seu eixo principal. Em um contexto de popularização do paradigma de precisão da localização espacial (GIRARDI *et al*, 2011; SANTOS, 2011), em que o uso dos mapas se difunde com raros espaços para a reflexão crítica sobre as intencionalidades políticas das tecnologias ou sobre os mecanismos de controle e formação de pensamento com que estas ferramentas contribuem, a inclusão de novos tipos de mapas e novos agentes mapeadores em espaços educativos é fundamental para a construção de uma análise crítica sobre o processo de produção e utilização de mapas, assim como sobre os silêncios e apagamentos produzidos pela escola e pela geografia escolar. Trata-se de uma estratégia, dentre muitas, para ressignificar o entendimento dos mapas e orientar “a produção cartográfica para a viabilização de uma construção política plural” (GIRARDI *et al*, 2011, p. 5), que contribua com a construção de uma educação geográfica que rompa com a concepção de espaço-superfície e encarne a geografia como possibilidade de coexistência da multiplicidade (MASSEY, 2005).

A pesquisa aqui apresentada pretende ser complementada com entrevistas e grupos focais, além de outras leituras, principalmente aquelas vinculadas às Teorias Queer – como o



pensamento fronteiriço de Anzaldúa (2005 [1987]), do qual estamos nos aproximando – com suas importantes contribuições no sentido de superar a dicotomia ilustrada, que limita as experiências de vida de todos, não somente dos corpos subalternizados. Ainda assim, vale ressaltar a complexidade desse debate, em um mundo que continua organizado espacialmente com base em fronteiras fixas e na apropriação exclusivista do espaço, além de na opressão de corpos definidos a partir de categorias fixas e subalternizantes, em que a essencialização muitas vezes representa sua única possibilidade de sobrevivência (HARDING, 2008).

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri.; COLI, Luis Régis. Disputas cartográficas e disputas territoriais. *In*: ACSELRAD, Henri (org.) **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008. p. 13-45.

AGUILAR, Yolanda. **Sanar nuestros cuerpos, reconstruir nuestras memorias**. Memórias de un proceso para sanar heridas de mujeres colombianas sobrevivientes de violencia sexual y otras violencias, refugiadas en Ecuador 2009-2011. Quito: Asylum Access Ecuador, 2012.

ALMEIDA, Rosângela Doin.; PASSINI, Elza Yasuko. **O espaço geográfico: ensino e representação**. São Paulo: Contexto, 1994.

ANDRADE, Marcelo. A diferença que desafia a escola: apontamentos iniciais sobre a prática pedagógica e a perspectiva intercultural. *In*: _____ (org.). **A diferença que desafia a escola**. Rio de Janeiro: Quartet, 2009.

ANZALDÚA, Gloria. La conciencia de la mestiza / Rumo a uma nova consciência. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 13, p. 704-719 set./dez. 2005 [1987].

AQUINO, María Pilar; ROSADO-NUNES, María Jose; AJO, Clara Luz. **Teología feminista intercultural: exploraciones latinas para un mundo justo**. México DF: Ediciones Dabar, 2008.

CABNAL, Lorena. Acercamiento a la construcción del pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala. *In*: **Feminismos diversos: el feminismo comunitario**. Las Segovias: ACSUR, 2010. p. 11-25.

CANDAU, Vera.; MOREIRA, Antônio Flávio. Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos. **Revista Brasileira de Educação**, n. 23, p. 156-168, mai./jun./jul./ago. 2003.

CARCELÉN, Marianita et al. La importancia de redescubrirnos nuestro cuerpo como territorio. **Revista Feminista Flor del Guanto**, Quito, n. 1, p. 19-27, 2009.

CIRIZA, Alejandra. A propósito de una controversia feminista: sobre ambivalencias conceptuales y asuntos de disputa. Las relaciones entre cuerpo y política. **Revista**



Herramienta: revista de debate y crítica marxista. Dossier Mujer y Géneros, Buenos Aires, n. 45, out. 2010.

COLECTIVO DE GEOGRAFÍA CRÍTICA DEL ECUADOR. **Manifiesto contra la violencia hacia las mujeres desde la Geografía Crítica**. Quito, 2017. Disponível em: <https://geografiacriticaecuador.org/wp-content/uploads/2017/08/Manifiesto-geogr%C3%A1fico-contra-violencia-hacia-las-mujeres-FINAL.pdf>. Acesso em: 03 mai. 2020.

COLECTIVO DE GEOGRAFÍA CRÍTICA DEL ECUADOR. **Geografiando para la resistencia: los feminismos como práctica espacial**. Quito, 2018. Disponível em: <https://geografiacriticaecuador.org/2018/04/01/publicacion-cartilla-geografiando-para-la-resistencia-los-feminismos-como-practica-espacial/>. Acesso em: 16 jul. 2020.

COLECTIVO MIRADAS CRÍTICAS DEL TERRITORIO DESDE EL FEMINISMO. **Mapeando el cuerpo-territorio. Guía metodológica para mujeres que defienden sus territorios**. Quito: CLACSO, 2017. Disponível em: <https://territoriodefeminismos.org/publicaciones/guia-mapeando-el-cuerpo-territorio/>. Acesso em: 22 jun. 2021.

FREGOSO, Rosa Linda; BEHARANO, Cynthia. Introduction: a cartography of femicide in the Americas. In: _____ (eds.) **Terrorizing Women: Femicide in the Americas**, Durham: Duke University Press, 2010. p. 1-42.

GIRARDI, Gisele *et al.* Cartografias alternativas no âmbito da educação geográfica. **Revista Geográfica de América Central**. Número especial EGAL, Costa Rica, 2011. p. 1-15.

HARAWAY, Donna. Situated knowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspective. **Feminist Studies**, v. 14, n. 3, p. 575 – 599, 1988.

HARDING, Sandra. Is there a feminist Method? In: _____ (ed.) *Feminist Methodology*. Bloomington/Indianapolis: Indiana University Press, 1987.

HARDING, Sandra. Women on Modernity's horizons: Feminist Postcolonial Science and Technology Studies. In: _____. **Sciences from Below: Feminisms, Postcolonialities, and Modernities**. London: Duke University Press, 2008.

HARLEY, Brian. Mapa, saber e poder. **Confins**, n. 5, 2009. Disponível em: <http://confins.revues.org/index5724.html>. Acesso em: 20 jul. 2019.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2017 [1994].

JELIN, Elizabeth. Introducción. In: _____ (comp.) **Las conmemoraciones: las disputas en las fechas “in-felices”**. Madrid: Siglo XXI, 2002.

LOPES, Jader Janer. Mapa dos cheiros: cartografia com crianças pequenas. **Revista Geografares**, n.12, p. 211-227, jul. 2012.



LOPES, Jader Janer; COSTA, Bruno Muniz; AMORIM, Cassiano Caon. Mapas vivenciais: possibilidades para a cartografia escolar com as crianças dos anos iniciais. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**. Campinas, v.6, n. 11, p. 237-256, jan./jul. 2016.

LÓPEZ PONS, María Magdalena. La violencia de género en el territorio latinoamericano a través de la ocurrencia creciente de los feminicidios en la región. **Revista Latino-americana de Geografía e Género**, v. 1, n. 1, p. 78-87, 2010. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/1031>. Acesso em: 03 abr. 2020.

LORDE, Audre. Usos do erótico: o erótico como poder. In: _____. **Irmã Outsider. Ensaios e conferências**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020 [1978]. p. 67-74.

LORDE, Audre. Os usos da raiva: as mulheres reagem ao racismo. In: _____. **Irmã Outsider. Ensaios e conferências**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020 [1981]. p. 169-182.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

MARTIN, Patricia; CARVAJAL, Nohora. Feminicide as ‘act’ and ‘process’: a geography of gendered violence in Oaxaca. **Gender, Place & Culture**, v. 23, p. 989-1002, 2016.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MONARREZ, Julia. La cultura del feminicidio en Ciudad Juarez, 1993-1999. **Frontera Norte**, v. 12, n. 23, jan./jun. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/pdf/fn/v12n23/v12n23a4.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2017.

OLIVEIRA Jr., Wenceslao. Apontamentos sobre a educação visual dos mapas: a (des)natureza da ideia de representação **Anais do Colóquio de Cartografia para crianças e escolares**, Juiz de Fora, 2009.

PAREDES, Julieta. **Hilando fino desde el feminismo comunitario**. La Paz: Comunidad Mujeres Creando Comunidad, 2008.

SANTOS, Renato Emerson. Ativismos cartográficos: notas sobre formas e usos da representação espacial e jogos de poder. **Revista Geográfica de América Central**. Número especial EGAL, Costa Rica, 2011.

SANTOS, Carolina da Silva. A violência doméstica vivenciada no espaço geográfico pelo corpo feminino: uma análise sobre o Movimento de Mulheres em São Gonçalo. **Revista Latino Americana de Geografia e Género**, v. 11, n. 1, p. 60-76, 2020. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/14666>. Acesso em: 20 jan. 2021.

SCHÜSSLER FIORENZA, Elisabeth. **La senda de Sofía: hermenéutica feminista crítica para la liberación**. Buenos Aires: Lumen/ISEDET, 2003.

SEGATO, Rita. **La escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas en Ciudad Juárez. Territorio, soberanía y crímenes de segundo estado**. Buenos Aires: Tinta Limón, 2013.



XIV ENCONTRO NACIONAL DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM

GEOGRAFIA

XIV ENANPEGE
TEMPO DIGITAL

SEIBERT, Ute. Hacer teología feminista. Entre el cuerpo y la palabra. Disponível em: <https://cosmologa.wordpress.com/2010/10/15/hacer-teologia-feminista-entre-el-cuerpo-y-la-palabra-ute-seibert/>. Acesso em: 05 abr. 2021.

SILVA, Joseli Maria. Ausências e silêncios do discurso geográfico brasileiro: uma crítica feminista à geografia eurocêntrica. *In:* _____ (org). **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009. p. 55-92.

SILVA, Joseli Maria. Gênero e espaço: esse é um tema geográfico? *In:* AZEVEDO, Daniel; MORAIS, Marcelo (org.). **Ensino de Geografia: novos temas para a Geografia escolar**. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2014. p. 97-125.

VIANNA Jr, Aurélio. Mapas e Identidades – O Reencantamento da Cartografia. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, ano 2, n. 23, p. 36-37, jun. 2009.

ZARAGOCIN, Sofía.; SILVEIRA, Manuela M. M.; ARRAZOLA, Íñigo. Construyendo una Geografía del feminicidio en el Ecuador. *In:* **Apropiaciones de la ciudad. Género y producción urbana: la reivindicación del derecho a la ciudad como práctica espacial**. Barcelona: Pol.len, 2018. p. 77-113.